

Secretário manda liberar projeto juçara, que preserva o palmito da mata atlântica

José Goldemberg, do Meio Ambiente, insiste para que Instituto Florestal reveja proibição

JOSÉ MARIA TOMAZELA

O secretário do Meio Ambiente, José Goldemberg, determinou ao conselho diretor do Instituto Florestal (IF), órgão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que reveja o veto imposto pelo conselho de administração ao Projeto Juçara, um plano de manejo que tem como objetivo evitar a extinção da palmeira juçara na mata atlântica. O projeto prevê a elaboração e comercialização de um suco semelhante ao do açaí a partir das sementes da juçara. A coleta será feita pelos próprios cortadores de palmitos.

Conseguindo renda até oito vezes maior que a obtida com a derrubada das palmeiras, os ex-palmiteiros passarão a ser guardiões da espécie. A comissão do IF deu parecer contrário, há dez dias, alegando que o plano prevê a coleta de sementes no interior de parques estaduais, o que é proibido por lei.

O diretor geral do instituto, Valdir di Sicco, reconheceu, na ocasião, que a proposta era boa, mas confirmara o veto em razão dos "entraves jurídicos". O secretário, no entanto, acha

que o plano pode e deve ser executado. "Estou determinando que o projeto seja tocado, porque é uma boa iniciativa e pode ser realizado nos entornos do parque e em áreas não proibidas", disse Goldemberg. Segundo ele, a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) não permite a extração de produtos vegetais dentro das áreas protegidas, como parques e reservas. "Mas existem outras possibilidades, como as estações experimentais e reservas extrativistas, onde se pode coletar sementes."

Goldemberg lembrou que a Fundação Florestal, outro órgão da secretaria, aprovou projeto semelhante no Parque Estadual

Intervales. "O Projeto Juçara vai caminhar dentro da lei." Ele disse que, em muitos casos, é feita uma interpretação severa da legislação, quando se deveria levar em conta o espírito da lei, que é o da preservação.

O presidente da Fundação Florestal, Paulo Nogueira Neto, havia considerado o projeto como a última tentativa de salvar a juçara da extinção. Ele afirmou que, se o projeto não fosse colocado em prática, a palmeira seria totalmente destruí-

da pelos ladrões do palmito. O fim da juçara implicaria também a extinção de aves como a jacutinga, que têm nas sementes sua alimentação básica.

Ex-palmiteiros – O projeto será desenvolvido pela ONG Amainã, do Vale do Ribeira, e pela Associação dos Moradores do Rio Preto, formada por ex-palmiteiros, sob a coordenação e supervisão da Secretaria. Segundo o veterinário Marcos Migliano, um dos idealizadores do

plano, os testes revelaram que a polpa da juçara é mais saudável e saborosa que a do açaí, muito consumida em todo o País.

Segundo ele, uma organização americana já manifestou inte-

resse em adquirir, de início, 50 toneladas. O plano prevê a retirada parcial das sementes para não prejudicar a fauna. Depois de despolidas, elas serão devolvidas à mata, sem perder o poder de germinação.

O projeto atraiu palmiteiros clandestinos. Hoje, eles recebem de R\$ 0,80 a R\$ 1,40 por palmito cortado, dependendo do tamanho. Um cacho de sementes coletado legalmente pode render até três quilos de suco, ou cerca de R\$ 12,00.

**ENTRAVES
JURÍDICOS
CAUSARAM
PROBLEMA**